

EDITAL TOMADA DE PREÇOS Nº 22/2014

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CANDELÁRIA**, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que às 9h do dia 18 de dezembro de 2014, no Centro Administrativo – Departamento de Compras e Licitações, localizado na Prefeitura Municipal de Candelária – Av. Pereira Rêgo, nº 1665, se reunirá com a finalidade de receber propostas para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR O RECOLHIMENTO DE RESÍDUOS DOMICILIARES RECICLÁVEIS (LIXO SECO) NA ZONA RURAL DE CANDELÁRIA-RS.**

1 – OBJETO

1.1 Constitui objeto da presente licitação, a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR O RECOLHIMENTO DE RESÍDUOS DOMICILIARES RECICLÁVEIS (LIXO SECO) NA ZONA RURAL DE CANDELÁRIA-RS**, conforme projeto básico – anexo IV, deste edital.

2 – DO RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS E DAS PROPOSTAS

2.1 Os documentos necessários para a habilitação e as propostas serão recebidas pela Comissão de Licitações no dia, hora e local mencionados no preâmbulo deste edital, em dois envelopes distintos, fechados e identificados, respectivamente como o nº 1 e nº 2, para o que sugere-se a seguinte inscrição:

**MUNICÍPIO DE CANDELÁRIA
TOMADA DE PREÇOS Nº22/14
ENVELOPE Nº 1 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE**

**MUNICÍPIO DE CANDELÁRIA
TOMADA DE PREÇOS Nº 22/14
ENVELOPE Nº 2 – PROPOSTA
RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE**

3 - DA HABILITAÇÃO

Para a habilitação, o licitante deverá apresentar no envelope nº 1, os seguintes documentos:

3.1 – HABILITAÇÃO JURÍDICA:

3.1.1 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e a última alteração devidamente registrada, em se tratando de sociedades comerciais; e no caso de sociedade por ações, acompanhada de documento de eleição de seus administradores com respectivo mandato;

3.1.2 - Registro comercial, no caso de empresa individual.

3.2 - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

3.2.1 - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Receita Federal e Dívida Ativa da União), Estadual e Municipal.

3.2.2 - Prova de regularidade relativa a Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (INSS, FGTS).

3.2.3 - Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho (CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – Lei nº 12.440/2011).

3.3 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

3.3.1 – Balanço patrimonial já exigível e apresentado na forma da Lei, com a indicação do nº do Livro Diário, número de registro no órgão competente e numeração das folhas onde se encontram os lançamentos, que comprovem a boa situação financeira da empresa.

a) é vedada a substituição do balanço por balancete ou balanço provisório.

b) licitantes que utilizam a escrituração contábil digital - ECD e que aguardam a autenticação do balanço patrimonial pela Junta Comercial poderão apresentar, em substituição ao registro, o protocolo de envio, no Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, do balanço à Receita Federal do Brasil.

3.3.2 – Certidão Negativa de Falência, Concordata e Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da comarca sede do proponente, com data de emissão igual ou inferior a 90 dias.

3.4 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

3.4.1 – Certidão de registro da empresa no CRA/RS.

3.4.2 – Comprovação de possuir local apropriado para realizar a triagem do lixo, devidamente licenciado pela FEPAM – Licença de Operação (poderá ser local próprio ou locado através de contrato).

3.4.3 – Comprovação que possui local apropriado para dar a destinação final dos rejeitos em aterro sanitário devidamente licenciado pela FEPAM (poderá ser local próprio ou locado através de contrato).

3.4.4 - O proponente deverá apresentar declaração de pleno conhecimento do local do serviço e de suas condições, assinada pelo proponente e pelo responsável técnico do licitante, pela qual reconhece ser perfeitamente viável o cumprimento integral e pontual do projeto básico e documentos anexos deste edital, bem como serem perfeitamente exeqüíveis conforme os quantitativos e preços propostos.

3.4.5 - O proponente deverá juntar com a proposta declaração expressa de que o preço cotado inclui todos os custos e despesas necessárias ao cumprimento integral das obrigações decorrentes da contratação, tais como, custos salariais, respeitado o piso da categoria, ou seja, o último dissídio da categoria na data da contratação, encargos sociais, benefícios aos empregados (vale-transporte, vale-refeição, assistência médica e hospitalar, etc.), cobertura de intervalo de repouso e alimentação, supervisão de postos, custos de uniformes e equipamentos, benefícios e despesas indiretas, aí incluídas as despesas fiscais e o lucro da empresa, etc., de modo que, nenhuma outra remuneração seja devida a qualquer hipótese de responsabilidade solidária pelo pagamento de toda e qualquer despesa, direta ou indiretamente relacionada com a prestação dos serviços.

3.5 - OUTROS DOCUMENTOS:

3.5.1 – Declaração sob as penas da Lei, expedida pela empresa participante, de que a mesma não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso, ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, de acordo com o que dispõe o Decreto nº 4.358, de 05/09/02, conforme modelo em anexo.

3.5.2 – Declaração sob as penas da Lei, expedida pela empresa participante, de que a empresa não foi considerada inidônea para contratar com a Administração Pública.

3.5.3 A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 à 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, deverão apresentar, no envelope de habilitação, declaração firmada por contador, de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, além de todos os documentos previstos neste edital.

OBSERVAÇÕES:

3.6 A microempresa e a empresa de pequeno porte que atender ao item 3.4.1 que possuir restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal, previstos nos item 3.2 deste edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em

dois dias úteis, a contar da data em que for declarada como vencedora do certame.

3.7 O benefício de que trata o item anterior não eximirá a microempresa e a empresa de pequeno porte, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

3.8 O prazo de que trata o item 3.6 poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido por escrito pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

3.9 A não regularização da documentação, no prazo fixado no item 3.6, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades previstas no item 9.3, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

4 – DA PROPOSTA:

4.1 O envelope nº 2 deverá conter:

4.1.1 - Proposta financeira, rubricada em todas as páginas e assinada na última, pelo representante legal da empresa, mencionando o valor global mensal, onde deverão estar incluídos todos os custos necessários para a execução dos serviços.

Observações:

4.2 Não serão aceitas propostas cujos valores sejam cotados com mais de duas casas decimais após a vírgula.

4.3 Não será aceito pedido de faturamento para terceiros.

4.4 Não serão consideradas as propostas cujas condições estejam em desacordo com o solicitado no edital.

4.5 A proposta deverá ter validade de 60 dias a contar da data de abertura da Tomada de Preços.

4.6 Quaisquer inserções na proposta, que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão legal no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

5 – DO CRITERIO DE JULGAMENTO

5.1 Esta licitação é do tipo *menor preço* e o julgamento será realizado pela Comissão Julgadora, levando em consideração o menor preço global para a execução dos serviços licitados.

5.2 Para efeitos de classificação, sobre o preço proposto por cooperativa de trabalho, serão acrescidos 15% (quinze por cento), incidente sobre o valor bruto, correspondente ao encargo previdenciário a ser suportado pelo Município, deduzidos os valores, expressos na planilha de quantitativos e custos unitários, relativos ao fornecimento de material e aluguel de equipamentos a serem utilizados nos serviços.

5.2.1 Os valores de dedução acima indicada, relativos ao fornecimento de material e aluguel de equipamentos da licitante a serem utilizados nos serviços, deverão fazer parte do contrato e comprovadas, no momento da liquidação da fatura, por documento fiscal.

5.3 Esta licitação será processada e julgada com observância do previsto nos artigos 43 e 44 e seus incisos e parágrafos da Lei nº 8.666/93.

6 – CRITÉRIO DE DESEMPATE

6.1 Como critério de desempate, será assegurada preferência de contratação para as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas (que atenderem aos requisitos do art. 34 da Lei nº 11.488/2007), que comprovarem tal condição na forma estabelecida neste edital.

6.1.1 Entende-se como empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa e pela empresa de pequeno porte, bem como pela cooperativa, sejam iguais (empate real) ou superiores em até 10% (dez por cento) à proposta de menor valor (empate ficto).

6.1.2 A situação de empate somente será verificada após ultrapassada a fase recursal da proposta, seja pelo decurso do prazo sem interposição de recurso, ou pelo julgamento definitivo do recurso interposto.

6.2 Ocorrendo o empate, na forma do item 6.1.1, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa, detentora da proposta de menor valor, poderá apresentar, no prazo de 02 (dois) dias, nova proposta, por escrito, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

b) Se a microempresa, a empresa de pequeno porte ou cooperativa, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais beneficiadas pela Lei Complementar nº 123/2006, a apresentação de nova proposta, no prazo e na forma prevista na alínea a deste item.

c) Se houver duas ou mais microempresas e/ou empresas de pequeno porte e/ou cooperativas com propostas iguais, será realizado o sorteio para estabelecer a ordem em que serão convocadas para a apresentação de nova proposta, na forma das alíneas anteriores.

6.3 Se nenhuma microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, satisfizer as exigências do item 6.2, será declarado vencedor do certame o licitante detentor da proposta originariamente de menor valor.

6.4 O disposto no item 6.1 a 6.3 não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa (que satisfaça as exigências do item 3.4.1)

6.5 Permanecendo o empate após a aplicação do disposto no item 6.2, será realizado sorteio, em ato público, com a convocação prévia de todos os licitantes.

7 – CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

7.1 Somente serão aceitas as propostas cujo preço ofertado não seja superior ao limite de 10% acima do valor unitariamente estimado pelo Município.

7.2 Serão desclassificadas as propostas que se apresentarem em desconformidade com este edital, bem como os preços unitário/global superestimados ou inexequíveis.

8 – DOS RECURSOS

8.1 Em todas as fases da presente licitação, serão observadas as normas previstas no art. 109 e seguintes da Lei nº 8.666/93.

9 – DOS PRAZOS

9.1 Esgotados todos os prazos recursais, a Administração convocará o vencedor, para assinar o contrato no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93.

9.2 O prazo de que trata o item anterior, poderá ser prorrogado uma vez, pelo mesmo período desde que seja feito de forma motivada e durante o transcurso do prazo do item 9.1.

9.3 Se dentro do prazo, o 1º colocado não assinar o contrato, será convocada a empresa proponente que obteve a 2ª colocação, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, no mesmo momento a Administração notificará a empresa que não assinou o contrato, para que apresente as justificativas da desistência, julgando-as aceitas ou não para fins de aplicação das devidas sanções, ou então revogará a licitação, sem prejuízo

da aplicação da pena de multa, no valor correspondente a 10% (dez por cento) do valor do contrato e mais a suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 02 (dois) anos.

9.4 O prazo de vigência do contrato será de 12 meses, podendo ser prorrogado, até o limite legal.

10 – DAS PENALIDADES

10.1 Multa equivalente a 5% (cinco por cento) por dia de atraso, limitado esta a 10 (dez) dias de atraso, após o qual será considerado inexecução contratual.

10.2 Multa equivalente a 10% (dez por cento) no caso de inexecução parcial do contrato, sobre o valor remanescente, cumulado com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos.

10.3 Multa equivalente a 10% (dez por cento) no caso de inexecução total do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos.

Observação: As multas serão calculadas sobre o montante não adimplido do contrato.

11 – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

11.1 O pagamento será efetuado mensalmente, até o 5º dia do mês subsequente.

11.2 Para o efetivo pagamento, as faturas deverão se fazer acompanhar da guia de recolhimento das contribuições para o FGTS e INSS relativa aos empregados na prestação dos serviços.

11.3 Serão processadas as retenções previdenciárias quando for o caso, nos termos da lei que regula a matéria.

12- REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO – FINANCEIRO

12.1 Ocorrendo as hipóteses previstas no artigo 65, II, alínea “d”, da Lei nº 8.666/93, será concedido reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, requerido pela contratada, desde que suficientemente comprovado, de forma documental, o desequilíbrio contratual.

12.2 No caso da execução contratual ultrapassar o prazo de 12(doze) meses, será concedido reajuste ao preço proposto, deduzido eventual antecipação concedido a título de reequilíbrio econômico-financeiro, tendo como indexador o IGP-M/FGV.

13 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 Os gastos da presente licitação correrão por conta das seguintes Dotações Orçamentárias e Extra-Orçamentárias:

09 001 2153 33903978	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA
----------------------	---

14 – DO CADASTRO DE FORNECEDORES

14.1 Poderão participar as empresas do ramo pertinente ao objeto ora licitado, cadastradas no Município de Candelária, ou que apresentarem toda a documentação necessária para o cadastro até o terceiro dia anterior ao fixado para o recebimento dos envelopes.

14.2 Os documentos necessários para o cadastro são:

- a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e a última alteração devidamente registrada, em se tratando de sociedades comerciais; e no caso de sociedade por ações, acompanhada de documento de eleição de seus administradores com respectivo mandato; registro comercial, no caso de empresa individual.
- b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- c) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal.
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Receita Federal e Dívida Ativa da União), Estadual e Municipal.
- e) Prova de regularidade relativa a Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (INSS, FGTS).
- f) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho (CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – Lei nº 12.440/2011).
- g) Balanço patrimonial já exigível e apresentado na forma da Lei, com a indicação do nº do Livro Diário, número de registro no órgão competente e numeração das folhas onde se encontram os lançamentos, que comprovem a boa situação financeira da empresa.
 - g.1) é vedada a substituição do balanço por balancete ou balanço provisório.
 - g.2) licitantes que utilizam a escrituração contábil digital - ECD e que aguardam a autenticação do balanço patrimonial pela Junta Comercial poderão apresentar, em substituição ao registro, o protocolo de envio, no

Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, do balanço à Receita Federal do Brasil.

h) Certidão Negativa de Falência, Concordata e Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da comarca sede do proponente, com data de emissão igual ou inferior a 90 dias.

i) Declaração sob as penas da Lei, expedida pela empresa participante, de que a mesma não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso, ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, de acordo com o que dispõe o Decreto nº 4.358, de 05/09/02, conforme modelo em anexo.

j) Declaração sob as penas da Lei, expedida pela empresa participante, de que a empresa não foi considerada inidônea para contratar com a Administração Pública.

14.3 Os interessados que já têm cadastro nesta Prefeitura, devem atualizar o mesmo, no prazo do item 14.1.

15- DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 Os documentos necessários para a participação deste certame devem ser apresentados em via original ou cópia autenticada.

15.2 Quando da abertura dos envelopes, somente poderão representar as empresas participantes, os proprietários, sócios responsáveis ou procuradores legais.

15.3 Em nenhuma hipótese serão aceitos quaisquer documentos ou propostas fora do prazo e local estabelecidos neste edital.

15.4 Não serão admitidas por qualquer outro motivo, modificações ou substituições das propostas ou quaisquer outros documentos.

15.5 Só terão direito de usar a palavra, rubricar as propostas, apresentar reclamações ou recursos, assinar atas e contratos, os licitantes ou seus representantes credenciados ou membros da Comissão Julgadora.

Observação: Não serão lançadas em ata consignações que versarem sobre matéria objeto de recurso próprio, como por exemplo, sobre os documentos de habilitação e proposta financeira (art. 109, inciso I, a e b, da lei 8.666/93).

15.6 Uma vez iniciada a abertura dos envelopes relativo a habilitação, não serão admitidos à licitação licitantes retardatários.

15.7 Constituem anexos e fazem parte deste edital:

Anexo I - Modelo declaração de acordo com o inciso V do artigo 27 da lei 8.666/93 acrescido pela Lei nº 9.854/99.

Anexo II - Modelo declaração de idoneidade para licitar.

Anexo III - Minuta do contrato

Anexo IV – Projeto Básico.

15.8 Fica reservado ao Prefeito Municipal de Candelária – RS, o direito de anular parcial ou totalmente a presente licitação, em caso de ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

15.9 Fica reservado ao Prefeito Municipal de Candelária – RS, o direito de revogar parcial ou totalmente a presente licitação, a juízo da Administração, caso seja considerada inoportuna ou inconveniente ao interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

15.10 A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no art. 59, § único, da Lei nº 8.666/93.

15.11 A nulidade da licitação induz a nulidade do contrato, ressalvada a hipótese do art. 59, § único, da Lei nº 8.666/93.

15.12 Os contribuintes que se encontram em débito para com a Fazenda Municipal local não poderão dela receber créditos de qualquer natureza, nem participar de licitação pública ou administrativa para o fornecimento de materiais, obras, equipamentos e prestação de serviços aos órgãos da Administração Municipal, direta ou indireta.

serão admitidos à licitação licitantes retardatários.

15.13 Todas as atas, termo de homologação e resultados relativos ao processo licitatório serão publicados na imprensa oficial para fins de ciência e intimação dos atos, qual seja, o mural do Município e o [site www.candelaria.rs.gov.br](http://www.candelaria.rs.gov.br) de acordo com a Lei nº 842 de 10 de maio de 2013.

15.14 Maiores informações sobre o presente edital podem ser obtidas junto ao Setor de Compras e Licitações em dia e horário de expediente ou pelo fone (51) 3743-8106. Cópias do edital poderão ser obtidas através do [site www.candelaria.rs.gov.br](http://www.candelaria.rs.gov.br).

Candelária, 26 de novembro de 2014.

RUI LEOPOLDO BEISE

Prefeito Municipal em exercício

JORGE LUIZ MALLMANN

Secretário Municipal da Administração

Este Edital de Tomada de Preços nº 022/2014

foi revisado em ____/____/_____, e está de acordo com a legislação, ressalvado quanto ao objeto, uma vez que este exame desborda da análise jurídica .

DANA BETINA CEZAR

Procuradora Geral do Município
OAB/RS Nº 43.926

TANAELA ELLWANGER MÜLLER

Assessora Jurídica
OAB/RS Nº 86.371

ANEXO I

MODELO "A": EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA

DECLARAÇÃO

Ref.: (identificação da licitação)

....., inscrito no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade no..... e do CPF no, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz () .

.....

(data)

.....

(representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

MODELO "B": EMPREGADOR PESSOA FÍSICA

DECLARAÇÃO

Ref.: (identificação da licitação)

....., portador(a) da Carteira de Identidade no.....e do CPF no, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz () .

.....

(data)

.....

(nome)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE PARA LICITAR

Ref.: (identificação da licitação)

Declaro, sob as penas da Lei, para fins da
.....(modalidade da licitação) nºque a
empresa

.....não foi
declarada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública,
nos termos do inciso IV, do artigo 87 da lei 8666/93, bem como que
comunicarei qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos
documentos da habilitação que venha alterar a atual situação quanto a
capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômica-
financeira.

.....

(data)

.....

(nome)

ANEXO III

CONTRATO Nº /2011 - MINUTA

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR O RECOLHIMENTO DE RESÍDUOS DOMICILIARES RECICLÁVEIS (LIXO SECO) NA ZONA RURAL DE CANDELÁRIA-RS.

Pelo presente instrumento particular, o **MUNICÍPIO DE CANDELÁRIA**, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na Av. Pereira Rego, 1665, representada neste ato por seu Prefeito Municipal em exercício, **Sr. RUI LEOPOLDO BEISE**, doravante denominado **CONTRATANTE** e de outro lado _____, empresa situada na _____, em _____, CNPJ nº _____, representada neste ato por _____, portador do CPF nº _____, doravante denominada, simplesmente **CONTRATADA**, de acordo com a Tomada de Preços nº 22/2014 e Lei nº 8.666/93 e nos termos e cláusulas a seguir descritas:

DO OBJETO E DO VALOR:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Pelo presente contrato, a Contratada se obriga a realizar os serviços recolhimento de resíduos domiciliares recicláveis (lixo seco) na zona rural de Candelária conforme projeto básico.

DO VALOR DO CONTRATO E DA FORMA DE PAGAMENTO:

CLÁUSULA SEGUNDA – A CONTRATADA fará jus ao valor total de R\$_____ (_____), que será efetuado mensalmente, até o 5º dia do mês subsequente.

Parágrafo Primeiro: Para o efetivo pagamento, as faturas deverão se fazer acompanhar da guia de recolhimento das contribuições para o FGTS e INSS relativa aos empregados na prestação dos serviços, bem como, a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

Parágrafo Segundo: Serão processadas as retenções previdenciárias quando for o caso, nos termos da lei que regula a matéria.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

CLÁUSULA TERCEIRA - O pagamento previsto na Cláusula Segunda será consignado no Orçamento vigente sob as seguintes rubricas:

09 001 2153 33903978	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA
----------------------	---

CLÁUSULA QUARTA – Conforme o art. 40, XIV, alínea “c”, da Lei nº 8.666/93, a atualização financeira dos valores a serem pagos, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela, até a data do efetivo pagamento, se dará através da aplicação do IGPM.

DO INADIMPLEMENTO, DA RESCISÃO E DAS SANÇÕES:

CLÁUSULA QUINTA - Em caso de inadimplemento parcial ou total do presente contrato pela Contratada, demonstrado pelo descumprimento do objeto, lhe será(o) aplicada(s), sem prejuízo da aplicação das demais sanções previstas no art. 87, da Lei nº 8.666/93, do ressarcimento de eventuais perdas e danos, e da responsabilidade criminal, a multa no montante de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado.

CLÁUSULA SEXTA - O não cumprimento de qualquer uma das cláusulas estabelecidas neste contrato importará na sua rescisão, conforme estabelece os artigos 77, 78 e 79 da Lei nº 8.666/93, com a respectiva aplicação das sanções administrativas previstas na Lei 8.666/93, quais sejam:

Parágrafo Primeiro: Multa equivalente a 5% (cinco por cento) por dia de atraso, limitado esta a 10 (dez) dias de atraso, após o qual será considerado inexecução contratual.

Parágrafo Segundo: Multa equivalente a 10% (dez por cento) no caso de inexecução parcial do contrato, sobre o valor remanescente, cumulado com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos.

Parágrafo Terceiro: Multa equivalente a 10% (dez por cento) no caso de inexecução total do contrato, cumulado com a pena de suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos.

Parágrafo Quarto: as multas serão calculadas sobre o montante não adimplido do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – Em caso de discrepância de qualidade e quantidade na prestação do serviço ou aplicação do material previstos nos anexos do objeto, em caso de vícios, defeitos ou incorreções, o contratado disporá de um prazo de 3 (três) dias úteis para proceder as correções ou substituições que se fizerem necessárias, conforme dispõe o art. 69 da Lei nº 8.666/93.

DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:

CLÁUSULA OITAVA - O presente contrato vigorá pelo período de 12 (doze) meses a contar da assinatura do contrato, com possibilidade de prorrogação até o limite legal.

DOS ANEXOS:

CLÁUSULA NONA – Fazem parte integrante desse contrato, independente de reprodução, a proposta apresentada pela Contratada, bem como a Tomada de Preços nº 22/2014 e seus anexos.

DO FORO:

CLÁUSULA DÉCIMA – Quaisquer dúvidas, que em razão do Contrato venham a surgir entre as partes contratantes, serão dirimidas pelo Foro desta Comarca de Candelária.

E, por estarem de perfeito e comum acordo, firmam o presente contrato, em duas vias de igual teor e forma perante duas testemunhas.

Candelária, de de 2014.

RUI LEOPOLDO BEISE
Prefeito Municipal em exercício

.....
Contratada

TESTEMUNHAS:

Nome:
RG:
Ass.:

Nome:
RG:
Ass.:

ANEXO IV PROJETO BÁSICO

1. CONSIDERAÇÕES

1.1. DADOS GERAIS

PROJETO: Recolhimento de Resíduos Domiciliares Recicláveis (Lixo Seco)

LOCAL: Zona Rural

CIDADE: Candelária-RS

1.2. FINALIDADE

O presente Memorial Descritivo tem por finalidade estabelecer os serviços, fixando os métodos a serem empregados no recolhimento dos Resíduos Domiciliares Recicláveis (lixo seco), na zona rural do Município de Candelária, para fins de contratação de empresa para execução de tais serviços, de acordo com este memorial.

2. ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

2.1. RECOLHIMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES (LIXO SECO)

Serão recolhidos todos os resíduos sólidos, colocados em recipientes adequados, se necessário, depositados em local de fácil acesso, a uma distância não superior a 10m do leito da estrada. O material recolhido deverá ser transportado em veículo apropriado para tal serviço e depositado em uma

Central de Triagem, com o devido licenciamento ambiental e sob responsabilidade da contratada.

Todo o material e pessoal necessário para a realização do serviço é de responsabilidade da empresa contratada.

2.2. QUANTO A SELEÇÃO DE RESÍDUOS

Deverão ser recolhidos os seguintes materiais: plástico, papel, papelão, ferro, latas, alumínio e vidro.

Não será de responsabilidade da contratada o recolhimento dos seguintes materiais: embalagens de agrotóxicos, roupas, sapatos, lixo sujo, lixo orgânico, lâmpadas, pilhas, baterias e pneus.

3. ROTEIROS DE COLETA E DISTÂNCIA

A prestação dos serviços se dará por roteiros, de acordo com os seguintes itinerários:

ITINERÁRIO 01 – 95Km

Linha Bernardino até a escola. Retorna para Linha Curitiba e vai até a Linha Brasil, na Cerâmica Candelária. Retorna para Picada Roos até escola Henrique Kaercher. Volta em direção ao Palmital até o comércio de Orlando Diehl. Volta e entra para a Picada Voelz no final da linha de ônibus, retorna até a Igreja (Lauro Strassburger). Daí vai para o Travessão Schoenfeldt, e para Vila Botucaraí, pela RS 287, entrando na estrada velha, passando na escola na

Sesmaria do Pinhal, entra no corredor do seu Benoni Steil oposto ao corredor da Linha Curitiba, entra na lateral do salão Gigante um Km e retorna até a cidade.

ITINERÁRIO 02 – 85 Km

Em direção a Vila Botucaraí pela RST 287, faz a Vila Botucaraí, entra em direção ao Faxinal dos Porto até a Igreja. Desce até o Tuta Stohl retorna e vai até Cezar Pohlmann, retorna passando pela Sesmaria do Cerro, Linha Boa Vista até a RST 287, entra pela Vila Marilene em direção a Data do Ribeiro, passa pelo corredor dos Pires saindo na travessa da Sessmaria do Cerro até a Picada Escura, faz a Picada Escura até a entrada do Capão Claro, retorna e entra no corredor dos Vargas até o final, passa pelo Rincão das Casas, retorna para a estrada geral vai até a Vila Fátima e recolhe até o Parque de Eventos.

ITINERÁRIO 03 – 88 Km

Passa Sete pela Rs 400, entra para o Alto Passa Sete até o final da linha do ônibus. Retorna pela Ponte do Império e segue para a RS 400. Entra para o Arroio Grande até o final da linha de ônibus. Retorna pela mesma estrada em direção a Linha do Salso, até o final da linha de ônibus. Retorna passando pelo Salão Euzébio Rohde, retorna a RS 400 e vai para a Cooperativa. Retorna e entra para Linha Travessão até final da linha ônibus e retorna pela RS em direção a cidade.

ITINERÁRIO 04 – 78 Km

Em direção a Vila Botucaraí pela RST 287, faz a Vila Botucaraí pela estrada velha, vai em direção a Linha Palmeira, Bom Retiro até a Igreja. Retorna em direção a Picada Escura, entrando no corredor dos Carvalho até o colégio, segue pela Sanga Funda entra para o Capão Claro saindo na estrada Geral do Pinheiro, passa no Rincão do Cedro, retornando pela Vila Fátima até a cidade.

ITINERÁRIO 05 – 100 Km

Linha do Sul começa no trevo e entre para a Linha Alta pela Tiririca, sai no ginásio da Linha Alta, e segue pela estrada que chega ao ginásio do Olarias. Entra no asfalto seguindo para o Quilombo até o Beise. Retorna pela mesma estrada e vai para a Costa do Rio até o Naio Moura. Retorna e entra no Cortadinho rumo ao Chapadão até Álvaro Luettchoan. Retorna e vai até a Escola do Cortadinho. Retorna ao asfalto até o trevo da Linha do Sul. Ali entra para a Linha Facão pela estrada velha, saindo próximo ao Clube Sul, até o Pedágio. Retorna para a cidade pela RS 287.

ITINERÁRIO 06 – 90 Km

Picada Karnopp pela RS 400, entra para o Roncador no cemitério, até a Comunidade N. Sra. De Fátima. Retorna até o Erno Goelzer, passa pela escola e comunidade São Luiz. Sai em direção ao asfalto, passa pela Vila União e entra para o Arroio Lindo até as Cinco Esquinas. Retorna e vai para os Três Pinheiros e Alto da Léguas até a família Rehbein. Retorna e desce pelas Amoreiras em direção a cidade.

ITINERÁRIO 07 – 155 Km

Rebentona entrando no Zezinho até os Gewehr, e na outra estrada até a escola. Retorna pela Santa Fé até o asfalto. Vai em direção ao Pinheiro, entra no Rincão dos Bois, passa pelo Rincão do Taquarussú, vai ao Rincão da Lagoa até a igreja. Retorna em direção ao Rincão dos Gomes, passando no Carlos Gomes da Rosa, Escola Otacílio do Capão do Valo até o trevo do Bexiga. Retorna pela estrada geral em direção ao Pinheiro.

4. FREQUÊNCIA DE COLETA

Os serviços deverão ser executados de acordo com o itinerário, realizando o serviço em um único turno, se possível, e nos dias relacionados abaixo. Em caso de necessidade de mudanças de itinerário ou dias de coleta, estas deverão ser previamente autorizadas pelo contratante.

Itinerário 01 – 1º Segunda Feira do mês.

Itinerário 02 – 2º Segunda Feira do mês.

Itinerário 03 – 3º Segunda Feira do mês.

Itinerário 04 – 4º Segunda Feira do mês.

Itinerário 05 – 1º Sexta Feira do mês.

Itinerário 06 – 2º Sexta Feira do mês.

Itinerário 07 – 3º Sexta Feira do mês.

4. RESPONSABILIDADE SOBRE OS RESÍDUOS

A coleta e a destinação final dos resíduos sólidos recicláveis e todos os materiais utilizados nos serviços, serão de inteira responsabilidade da empresa contratada, que deverá comprovar documentalmente, através de licenças ambientais que possui uma destinação adequada, de acordo com o tipo de material coletado.

A triagem de todo o material deverá ser realizada dentro das limitações do município em galpão apropriado e dentro das normas ambientais vigentes com a devida licença ambiental, com a finalidade de gerar emprego e renda em Candelária-RS.

Todos os rejeitos provenientes do processo de triagem serão de inteira responsabilidade da empresa contratada devendo a mesma, apresentar Licença de Operação (LO), para triagem e também para destinação final dos rejeitos com Declaração do responsável pelo Aterro Sanitário autorizando que se proceda o destino final dos resíduos naquele aterro, bem como declaração de pessoa física ou jurídica que esta irá efetuar o transporte dos resíduos até o aterro.

5. ORÇAMENTO

Recolhimento de Resíduos Domiciliares Recicláveis (Lixo Seco)

Extensão: 691 km

Total estimado de Resíduos: 23 toneladas/mês

Total estimado material reciclável (comercialização): 8 toneladas/mês

Total estimado Rejeitos: 15 toneladas/mês

				CUSTO MÃO-DE-OBRA
--	--	--	--	-------------------

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UN	QTD	Unitário	Total
1	SERVIÇOS DE RECOLHIMENTO				
1.1	Coleta dos resíduos sólidos	Km	691	R\$ 5,50	R\$ 3.800,50
2	DESTINAÇÃO REJEITOS				
2.1	Transporte dos Rejeitos	Km	266	R\$ 2,25	R\$ 600,00
2.2	Aterro dos Rejeitos	t	15	R\$ 80,78	R\$ 1.211,7
TOTAL DO ORÇAMENTO					R\$ 5.612,20
<p>Ítalo Gelaim</p> <p>Diretor da Divisão de Agropecuária e Meio Ambiente</p>					

--	--

7. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

Item	Especificações	1º MÊS	2º MÊS	3º MÊS	4º MÊS	5º MÊS	6º MÊS	7º MÊS	8º MÊS	9º MÊS	10º MÊS	11º MÊS	12º MÊS
1 e 2	Serviços de Recolhimento e Destinação Rejeitos	5.612,2	5.612,2	5.612,2	5.612,2	5.612,2	5.612,2	5.612,2	5.612,2	5.612,2	5.612,2	5.612,2	5.612,2
	Total Acumulado	5.612,2 0	11.224,4 0	16.836,6 0	22.448,8 0	28.061,0 0	33.673,2 0	39.285,4 0	44.897,6 0	50.509,8 0	56.122,0 0	61.734,2 0	67.346,4 0

VALOR TOTAL R\$ 67.346,40 (Sessenta e Sete mil Trezentos e Quarenta e Seis reais com Quarenta centavos).

8. PERÍODO DE VIGÊNCIA

A duração do contrato será de um ano.

Candelária, 07 de novembro de 2014.

Ítalo Gelaim

Diretor da Divisão de Agropecuária e Meio Ambiente